

Governo muda sistema e define meta contínua de 3% para a inflação

Governo muda sistema de metas de inflação e define alvo contínuo de 3%

A partir de 2025, horizonte de tempo deixa de ser ano-calendário; decisão foi 'de governo', diz Haddad

Nathalia Garcia e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Símon Tebet (Planejamento e Orçamento) anunciaram nesta quinta-feira (29) a decisão de mudar o sistema de metas de inflação vigente há 14 anos e estabelecer que o Banco Central deve perseguir seu objetivo de forma contínua, não mais anual. Além disso, foi determinado que o alvo para a variação de preços será de 3%.



Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, durante entrevista nesta quinta-feira (29)

A mudança no horizonte vai valer a partir de 2025 e, segundo Haddad, foi uma 'decisão de governo'. O ministro disse que o CMN (Conselho Monetário Nacional) foi apenas comunicado sobre essa nova diretriz. O colegiado é formado por Haddad, Tebet e pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto —alvo profissional das críticas do Executivo pelo nível atual dos juros.

Essa decisão sobre o sistema de metas não cabe ao CMN. Desde fevereiro foi comunicada a decisão de governo, que é de competência do presidente da República, disse Haddad.

Apesar da declaração, o ministro tentou por diversas vezes mostrar que há indicações de concordância de Campos Neto com o novo sistema. Haddad citou a declaração do presidente do BC de que a meta contínua seria mais "eficiente" do que o formato anual.

Tebet disse também que não houve objeção da autoridade monetária. "Os votos foram por unanimidade".

Nesta quinta, mesmo, mais cedo, Campos Neto afirmou que ter uma meta contínua é mais eficiente do que o atual modelo de ano-calendário, feito em 31 de dezembro de 2022 e o início da gestão de um novo presidente do BC, que será escolhido no futuro pelo presidente Lula (PT).

"Por que a partir de 2025? É quando começa o mandato de um novo presidente, declinamos a alteração de regime no horizonte contínuo a partir dessa data", afirmou Haddad.

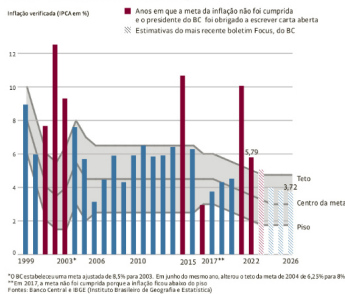
Lula ainda precisará dar um decreto para formalizar a mudança, mas o anúncio já tem data para sair, pois depende de ajustes finais no decreto.

Até lá, o CMN continua assegurando metas anuais de inflação. Nessa quarta, o colegiado também ficou o objetivo de ser perseguido em 2025 —como manda a regra atual. O alvo será uma inflação de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Desde o início do ano, Lula defendeu, em diversas ocasiões uma revisão da meta para cima, na expectativa de que isso desobrigasse a autoridade monetária a persistir em uma política mais rigorosa de juros. As falas públicas do presidente criaram ruídos nas próprias expectativas para inflação e alimentaram incertezas.

O anúncio de que a meta permanecerá em 3% mostra

Histórico do sistema de metas de inflação



IPCA-E estabelecido em uma meta ajustada de 6,7% para 2001. Em junho do mesmo ano, alterou o alvo de meta de 2004 de 6,2% para 6%.

Entenda o que muda no sistema de inflação

COMO FUNCIONA HOJE O SISTEMA DE METAS DE INFLAÇÃO? O CMN (Conselho Monetário Nacional)

Formado pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e pelo presidente do Banco Central — define uma meta de inflação a ser perseguida a cada ano pelo BC por meio da política de juros. O cumprimento desse objetivo é verificado com base na variação de preços entre janeiro e dezembro de cada ano —a ser seguido ano-calendário.

O QUE MUDA NO SISTEMA DE METAS DE INFLAÇÃO? A partir de 2025

O Banco Central terá de perseguir uma meta contínua para inflação, ao longo de um horizonte de tempo, sem se vincular a um ano-calendário fechado. Na prática, a autoridade monetária pode definir um período mais amplo de tempo para buscar a convergência dos preços e metas. Um decreto presidencial ainda precisa ser editado para formalizar a mudança

QUAL SERÁ A META DE INFLAÇÃO DE 2026?

Enquanto o decreto não é editado, o CMN precisa estabelecer até 30 de junho de cada ano o alvo a ser perseguido pelo BC três anos à frente. O colegiado definiu que, em 2026, o meta será de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos (de 1,5% a 4,5%, na prática). Na prática, porém, quando o sistema mudar, o objetivo será de 3% de forma contínua, sem necessidade de novas confirmações anuais.

COMO FICAM AS METAS DE INFLAÇÃO DE 2024 E 2025?

Não haverá alteração nas metas de inflação definidas anteriormente. Ou seja, o centro da meta para 2024 e 2025 será de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

QUEM VAI DETERMINAR O HORIZONTE DE CUMPRIMENTO DA META?

De acordo com o ministro Fernando Haddad (Fazenda), o Banco Central irá definir em qual espaço de tempo buscará a convergência

de que o equipe econômica não atenda e esses apelos do chefe da Basecat. O presidente me deu carta branca para tomar uma decisão que julgamos mais conveniente para este momento", disse Haddad.

A avaliação, segundo o ministro, que não seria sentido elevar ainda mais o momento em que os próprios agentes do mercado já projetam uma acomodação da variação de preços em patamar próximo à meta de 3% transmitindo mensagens de um país mais leniente com a correção do poder de compra da moeda. A decisão sobre a meta e a futura mudança no sistema foi anunciada pouco depois das 17h, com o mercado financeiro rolando aberto, contrariando o próprio ritual habitual de anúncio dos votos do CMN.

Com foco no reunião do colegiado e na divulgação de dados positivos sobre inflação, o Ibovespa subiu 1,6% nesta quinta, para 118,372 pontos, enquanto o dólar fechou praticamente estável, a R\$ 4,84.

Nos mercados futuros, os

de que isso desobrigasse o BC de seguir uma política monetária mais rigorosa. Na maior parte do tempo de gestões anteriores de Lula, o centro da meta de inflação era de 4,2%.

Apesar dos apelos do petista, o CMN manteve o alvo central em 3%. Segundo Haddad, não faria sentido elevar o objetivo enquanto as expectativas de inflação convergem para a meta já estabelecida.

NA PRÁTICA, O QUE MUDA?

Com uma atuação desvinculada do ano-calendário fechado, o Banco Central ganha mais flexibilidade no horizonte de tempo para perseguir seus objetivos. Na prática, a autoridade monetária pode definir um período mais amplo de tempo para buscar a convergência dos preços às metas. Há o entendimento de que a mudança apenas formaliza a maneira como o BC já conduzia a política monetária atualmente, pois as decisões levam em consideração o comportamento da inflação em um horizonte mais amplo, de 18 a 24 meses

juros tiveram forte queda. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 foram de 12,96% para 12,91%, enquanto os para 2025 caíram de 10,97% para 10,87%. Para 2026, a expectativa de juros foi de 10,34% para 10,25%.

"No final das contas, a alteração de regime não muda a condução da política monetária e a confirmação de alvo de bandas deverá gerar aliviosas expectativas longas", diz Francisco Sanchez, economista chefe da Ativa Investimentos.

Na avaliação de Leandro Petrucci, diretor de pesquisa da Quantis, os juros ficaram "colmos" pois o risco que existia no mercado —que seria o CMN alterar a meta de inflação— foi eliminado. "Todos (do conselho) entenderam que não era o momento propício para isso. Esse cenário faz com que juros e dólar, que poderiam apresentar um movimento de estresse caso uma alteração fosse feita, fiquem sob controle", afirma.

Ao adotar um horizonte contínuo para cumprimento das metas, o BC deixa de mirar o índice de inflação do ano fechado para perseguir o alvo em um período móvel, segundo o horizonte de 24 meses. O ministro da Fazenda disse que a regra vigente não é "fator" e que a mudança de saber qual ano calendarizar "fundamental para o país" e uma modernização necessária.

O sistema de metas para a inflação no Brasil foi instituído em 1999 com o objetivo de dar segurança à sociedade sobre os rumos da economia, evitando o risco de repetição de hiperinflação que atingiu o país na década de 1980 e no início dos anos 1990.

Pelas regras atuais, quando a inflação termina o ano fora do intervalo estabelecido, o presidente do BC precisa justificar os motivos numa carta aberta endereçada ao ministro da Fazenda, detalhando o problema de ver resolvido. Desde sua criação, já foram escritas sete cartas — duas de autoria de Campos Neto.

No novo modelo, segundo Haddad, a prestação de contas "tende a ser mais frequente", mas o formato atual ainda não está fechado. Ele prevê definir esse ponto com o BC e disciplinar o tema no decreto. A norma vigente manda o CMN fixar as metas de inflação a serem buscadas pelo BC com três anos de antecedência. Seguindo o ritual habitual, o colegiado anunciou nesta quinta o alvo de 2026. Os objetivos definidos previamente — de 3% para 2024 e 2025, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos — foram mantidos.

A partir da alteração do sistema de metas, não será mais necessária uma reunião anual do CMN para escolher o alvo central da política monetária no período de frente.

A meta de inflação serve para balizar as expectativas do mercado financeiro e vinha sendo redida a partir de uma decisão tomada pelo governo Michel Temer (MDB) em 2017. Até então, o valor era de 4,2% ao ano, com margem de tolerância de 1,5 pontos percentuais para mais ou menos. Em 2020, o objetivo central converteu a cota em 3% ponto percentual ao ano até chegar aos 3% em alinhamento com outras economias emergentes.

O debate sobre a modificação das metas entrou no radar depois de Lula criticar publicamente os alvos fixados nos últimos anos — considerados por ele como muito baixos.

Diante da repercussão negativa no mercado, com pressão sobre os juros, a discussão sobre a alteração numérica perdeu força, e a possibilidade de uma mudança mais estrutural ganhou terreno.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 15